



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

269
R

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0003077-49.2012.8.17.0001 (0332193-3)

Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A, em Liquidação Extrajudicial

Agravado: José Valdeci do Nascimento

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

EMENTA: CONSUMIDOR. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA EMERGENTE DE RECURSO DE APELAÇÃO. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA. PRECEDENTES STJ. INDEFERIMENTO. PAGAMENTO DAS CUSTAS APÓS O RESULTADO FINAL DO PROCESSO. DESCABIMENTO. PRELIMINAR DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA DECRETAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO. DESNECESSIDADE DE SUSPENSÃO DAS AÇÕES DE CONHECIMENTO EM FACE DA EMPRESA LIQUIDANDA. PRECEDENTES. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO DE AGRAVO. NÃO CABIMENTO. EMPRÉSTIMOS CONSIGNADOS. CONTRATAÇÃO POR TERCEIRO FALSÁRIO. DESCONTOS INDEVIDOS NO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DO AGRAVADO. NEGLIGÊNCIA DO BANCO. CONDUTA ENSEJADORA DE DANO MORAL AGRAVO IMPROVIDO.

1. Insurge-se o réu/agravante contra a decisão terminativa que deu provimento, monocraticamente, à apelação cível interposta pelo autor, por estar a sentença em confronto com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 557, § 1º-A do CPC.

2. O Superior Tribunal de Justiça vem decidindo que "Cuidando-se, porém, de Banco, ainda que em regime de liquidação extrajudicial, a concessão da gratuidade somente é admissível em condições excepcionais, se comprovado que a instituição financeira efetivamente não ostenta possibilidade alguma de arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios. Elementos no caso inexistentes" (STJ. REsp 338159/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2001, DJ 22/04/2002, p. 214). O agravante não acostou aos autos nenhum documento, além do ato que decreta a sua liquidação extrajudicial, a fim de comprovar a impossibilidade de arcar com as custas do processo, razão pela qual é de ser indeferido o pedido de gratuidade formulado pelo recorrente.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

270
H

3. Uma vez indeferido o benefício da justiça gratuita, mostra-se descabido o pleito de pagamento das custas apenas após o final do processo.

4. A presente ação foi proposta 8 (oito) meses antes do ato que decretou a liquidação extrajudicial do agravante, inexistindo, portanto, vedação a seu ajuizamento pelo apelante, nos termos do art. 18 da Lei nº 6.024/74. De outra feita, a jurisprudência pátria vem entendendo que a suspensão do feito prevista no referido dispositivo legal não é necessária quando se tratar de processo de conhecimento, como é o caso dos autos. Precedentes.

5. Não há que se falar em atribuição de efeito suspensivo aos recursos de agravo legal (art. 557, § 1º, CPC), devendo ser indeferido o pleito do recorrente nesse sentido.

6. Restou incontroversa a situação vivenciada pelo agravado, com o seu consequente prejuízo moral, pois teve, durante três meses, valores referentes a dois empréstimos não contratados por ele indevidamente descontados do seu benefício previdenciário.

7. Não há que se falar, como pretende o recorrente, em conduta de terceiro que enseje a exclusão de sua responsabilidade, nos termos do art. 14, §3º, II, do CDC, pois o ato ilícito gerador do direito à indenização por danos morais, no presente caso, é a negligência da empresa, que descuidou de providências simples e rotineiras relativas aos contratos de empréstimo, em especial a conferência da autenticidade dos documentos apresentados antes de efetuar os descontos no benefício previdenciário do agravado.

8. Montante indenizatório fixado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia serve tanto à repressão do ilícito - para evitar sua reiteração -, como ao conforto a que faz jus o recorrido.

mf

9. Agravo improvido. Decisão unânime.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

271
M

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0003077-49.2012.8.17.0001 (0332193-3), em que figuram como Agravante Banco Cruzeiro do Sul S/A, em Liquidação Extrajudicial e Agravado José Valdeci do Nascimento, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível, à unanimidade, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, mantendo integralmente a decisão hostilizada. Tudo conforme a ementa e os votos que fazem parte integrante da presente decisão.

Recife,

29.05.14.

Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo em Apelação Cível nº 0332193-3

Agravante: Banco Cruzeiro do Sul S/A, em Liquidação Extrajudicial

Agravado: José Valdeci do Nascimento

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Convocado: Juiz Márcio Aguiar

RELATÓRIO:

Banco Cruzeiro do Sul S/A, em Liquidação Extrajudicial apresenta o presente Recurso de Agravo contra decisão monocrática que deu provimento, monocraticamente, à apelação cível interposta por José Valdeci do Nascimento, nos termos do art. 557, § 1º-A do CPC (fls. 224/233).

Irresignado com mencionada decisão monocrática, contra ela se insurge o ora agravante através do presente agravo legal, previsto no §1º do art. 557 do Diploma Processual Civil, pleiteando, prefacialmente, a concessão do benefício da justiça gratuita, sob o argumento de que este também pode ser deferido às pessoas jurídicas com finalidade lucrativa, e que, no presente caso, sua hipossuficiência foi demonstrada através da prova de sua situação de insolvência, decorrente da decretação de sua liquidação extrajudicial.

Requer, alternativamente, em caso de denegação dos benefícios da assistência judiciária, o "diferimento" do recolhimento das custas processuais, para que seja realizado no final do processo.

O agravante pugna, ademais, pelo recebimento do presente recurso no seu efeito suspensivo.

Em seguida, argui a preliminar de extinção do feito sem julgamento do mérito, ante a impossibilidade jurídica do pedido, pois, nos termos do art. 18 da Lei nº 6.024/74, não seria possível o ajuizamento de novas ações contra o réu após a decretação da sua liquidação extrajudicial, ocorrida em 14/09/2012, enquanto durar referido procedimento.

No mérito, argumenta que não restou caracterizada a sua responsabilidade civil do agravante, ante a ausência de conduta ilícita.

Alega, igualmente, a ocorrência de fato de terceiro falsário, excludente do nexo de causalidade. No seu entender, não teria restado configurados os danos de ordem moral, pugnando o recorrente, subsidiariamente, pela redução do *quantum* fixado, devendo ser levada em conta, principalmente, a sua atual condição econômico-financeira.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência do ora recorrente, coloco o processo em mesa, para julgamento.



2 273 M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

É o relatório, em suma.

VOTO:

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o inteiro teor da decisão hostilizada:

"DECISÃO TERMINATIVA:

Cuida-se de recurso de apelação interposto em face de sentença (fls. 131/132) que, nos autos de Ação Declaratória de Nulidade Decorrente de Fraude em Contrato de Empréstimo Consignado de Idoso c/c Indenização por Danos Morais, julgou improcedente o pedido indenizatório, deixando de condenar a parte autora em custas e honorários advocatícios, em razão do deferimento do benefício da gratuidade judiciária.

Inconformado com as disposições contidas no *decisum*, o autor José Valdeci do Nascimento interpõe o presente apelo, pleiteando, em suma, a condenação do réu a indenizá-lo pelos danos morais sofridos, uma vez que restou caracterizada a negligência do banco apelado em conferir a veracidade das informações prestadas antes de aprovar o empréstimo,

O recorrente afirma que, em razão dos descontos indevidos, passou por enormes privações financeiras, deixando de pagar as suas obrigações, até porque a devolução dos valores apenas ocorreu em 01/11/2011.

Salienta, igualmente, que de acordo com a Súmula nº 479 do Superior Tribunal de Justiça "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias".

Reforça, por fim, que houve o expresso reconhecimento da fraude pelo banco réu às fls. 23.

Prequestiona os seguintes dispositivos: arts. 1º, III, 5º V, X, XXXII, XXXV e 170, V da Constituição Federal; arts. 16, 17, 186, 927, 398 e 944 do Código Civil; arts. 4º I, e 333, II, do Código de Processo civil, arts. 2º, parágrafo único, 4º, 6º, VI, VIII, 14 e 43 do Código de Defesa do Consumidor.

Contrarrazões às fls. 179/190, em que o banco apelado requer a concessão do benefício da gratuidade judiciária, uma vez que se encontra em regime de liquidação extrajudicial, e, alternativamente, a suspensão do processo, em razão do disposto na Lei nº 6.024/74.

mf

274
K

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Argumenta, que, nos termos do art. 18 da Lei nº 6.024/74, não ser possível o ajuizamento de novas ações contra o réu após a decretação da sua liquidação extrajudicial, ocorrida em 14/09/2012, enquanto durar referido procedimento. Como a presente ação teria sido proposta em 08/11/2012, pleiteia a extinção do feito sem julgamento do mérito, ante a impossibilidade jurídica do pedido.

No mérito, pugna pelo improvimento do recurso.

Examino.

Primeiramente, em relação ao pedido de concessão do benefício da justiça gratuita ao apelado, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento sumulado de que "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais" (Súmula 481).

Especificamente em relação às sociedades em liquidação extrajudicial, a Corte Superior vem decidindo que "Cuidando-se, porém, de Banco, ainda que em regime de liquidação extrajudicial, a concessão da gratuidade somente é admissível em condições excepcionais, se comprovado que a instituição financeira efetivamente não ostenta possibilidade alguma de arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios. Elementos no caso inexistentes" (STJ. REsp 338159/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2001, DJ 22/04/2002, p. 214).

No mesmo sentido, observem-se os seguintes julgados:

"AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ENCARGOS MORATÓRIOS. PRECEDENTES DA CORTE. GRATUIDADE JUDICIÁRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. 1.- "Ajuizada ação de adimplemento de obrigação descumprida pela empresa em liquidação, incide a regra processual sobre a mora (art. 219 CPC) e, como consequência, fluem os juros moratórios desde a citação válida" (REsp 48.606/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, DJ 29/08/1994). 2.- "As pessoas jurídicas podem ser contempladas com o benefício da Justiça Gratuita. Cuidando-se, porém, de Banco, ainda que em regime de liquidação extrajudicial, a concessão da gratuidade somente é admissível em condições excepcionais, se comprovado que a instituição financeira efetivamente não ostenta possibilidade alguma de arcar com as custas do processo e os honorários advocatícios. Elementos no caso inexistentes." (REsp 338.159/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, DJ 22/04/2002). 3.- O recurso não trouxe nenhum argumento capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. 4.- Agravo regimental improvido". (STJ. AgRg no AREsp 141.322/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013).

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

4 275
M

"Instituição financeira sob regime de liquidação extrajudicial. Assistência judiciária gratuita. Lei nº 1.060/50. Precedente da Corte. 1. Já decidiu a Corte que a instituição financeira, ainda que em regime de liquidação extrajudicial, pode desfrutar do benefício da assistência judiciária gratuita comprovando que efetivamente não dispõe de possibilidade para arcar com as custas do processo, o que não ocorre neste caso. 2. Recurso especial não conhecido". (STJ. REsp 599.419/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2005, DJ 13/02/2006, p. 794).

Em cotejo dos autos, verifico que o apelado não acostou nenhum documento, além do ato que decreta a sua liquidação extrajudicial (fl. 214), a fim de comprovar a impossibilidade de arcar com as custas do processo.

Desta feita, indefiro o pedido de concessão do benefício da gratuidade judiciária formulado pelo recorrido.

Em seguida, vem o apelado pleitear, ainda nas contrarrazões, a extinção do processo sem resolução do mérito, ante a impossibilidade jurídica do pedido, pois o autor teria ajuizado a presente ação após a decretação da sua liquidação extrajudicial, o que é expressamente vedado pelo art. 18 da Lei nº 6.024/74.

Compulsando os autos, contudo, percebe-se que a presente ação foi proposta em 12/01/2012, 8 (oito) meses antes do ato que decretou a liquidação extrajudicial do réu, datado de 14/09/2012, inexistindo, portanto, vedação a seu ajuizamento pelo apelante.

Cumpra analisar, então, se seria o caso de suspensão do presente processo, nos termos do art. 18 do referido diploma legislativo, cuja redação ora transcrevo:

"Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos:

a) suspensão das ações e execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras, enquanto durar a liquidação".

A respeito desse dispositivo legal, a jurisprudência pátria vem entendendo que a suspensão do feito não é necessária quando se tratar de processo de conhecimento, como é o caso dos autos:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL CONTRA DECISÃO DE NEGATIVA DE PROVIMENTO A AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. REGIME DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AÇÃO DE

mf



5 276 M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

CONHECIMENTO. SUSPENSÃO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. NÃO OCORRÊNCIA. JUROS DE MORA. OBRIGAÇÃO POSITIVA E LÍQUIDA. FLUÊNCIA. VENCIMENTO. PROPÓSITO DE REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E CONTRATUAL. ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA NO PRESENTE RECURSO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182 DO STJ. 1. Se as questões trazidas à discussão foram dirimidas, pelo Tribunal de origem, de forma suficientemente ampla e fundamentada, deve ser afastada a alegada violação ao art. 535, II, do Código de Processo Civil. 2. Não padecem de carência por impossibilidade jurídica do pedido, por isso não devem ser suspensas, as ações de conhecimento para constituição de título executivo em face de entidades sob regime de liquidação extrajudicial. 3. Os juros moratórios, nas obrigações positivas e líquidas, fluem a partir do vencimento. 4. As razões do recurso não impugnam especificamente a decisão que negou provimento ao agravo de instrumento, por aplicação parcial dos Verbetes 5 e 7 da Súmula do STJ, o que atrai a incidência do enunciado 182 desta Corte. 5. Agravo regimental a que se nega provimento". (STJ. AgRg no Ag 1415635/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 24/09/2012).

"APELAÇÃO CÍVEL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PESSOA JURÍDICA. COMPROVAÇÃO NECESSIDADE. CONSÓRCIO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO AÇÃO DE CONHECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. RESCISÃO CONTRATUAL. TAXA ADMINISTRAÇÃO. FIXAÇÃO. PERCENTUAL ACIMA DE 12%. LEGALIDADE. PRECEDENTES DO STJ. TAXA ADESÃO. RESTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. JUROS. INCIDÊNCIA. (...) - A liquidação extrajudicial da empresa não induz à suspensão da ação de conhecimento que visa à constituição do título executivo judicial. (...)". (TJ-MG - AC: 10701110374231001 MG, Relator: Leite Praça, Data de Julgamento: 14/03/2013, Câmaras Cíveis / 17ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/03/2013).

"APELAÇÃO - JUSTIÇA GRATUITA - EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL - HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA NÃO COMPROVADA - INDEFERIMENTO DO BENEFÍCIO - RECOLHIMENTO DE CUSTAS AO FINAL - ADMISSIBILIDADE - SUSPENSÃO DO PROCESSO - AÇÃO DE CONHECIMENTO - IMPOSSIBILIDADE. (...) - A liquidação extrajudicial da empresa não induz a suspensão da ação de conhecimento que visa à constituição de título executivo judicial. (...)". (TJ-MG - AC: 10701110179093001 MG, Relator: José de Carvalho Barbosa, Data de Julgamento: 17/01/2013, Câmaras Cíveis Isoladas / 13ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/01/2013)

"CIVIL. COMERCIAL. EXECUÇÃO. EMPRESA EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EMPRESA CONCESSIONÁRIA NEGADO PELO JUÍZO A QUO. INCONFORMISMO DA CREDORA. RECURSO IMPROVIDO. 1. O ENUNCIADO 60 (REDAÇÃO ALTERADA



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

6 27X
A

NO XIII ENCONTRO - CAMPO GRANDE/MS) NOS ENSINA QUE "É CABÍVEL A APLICAÇÃO DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA, INCLUSIVE NA FASE DE EXECUÇÃO". É CEDIÇO TAMBÉM QUE O § 5º, DO ARTIGO 28 DO CDC PERMITE QUE O JUIZ DESCONSIDERE A PERSONALIDADE JURÍDICA "SEMPRE QUE SUA PERSONALIDADE FOR, DE ALGUMA FORMA, OBSTÁCULO AO RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES". 2. POR OUTRO LADO, HÁ NOTÍCIA DE QUE FOI DECRETADA A LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA RÉ, FATO QUE ESBARRA NO INTENTO DA PARTE CREDORA, PORQUE O ARTIGO 36 DA LEI Nº 6.024/74 NOS ORIENTA QUE "OS ADMINISTRADORES DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS EM INTERVENÇÃO, EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL OU EM FALÊNCIA, FICARÃO COM TODOS OS SEUS BENS INDISPONÍVEIS NÃO PODENDO, POR QUALQUER FORMA, DIRETA OU INDIRETA, ALIENÁ-LOS OU ONERÁ-LOS, ATÉ APURAÇÃO E LIQUIDAÇÃO FINAL DE SUAS RESPONSABILIDADES." 3. ASSIM, DE ACORDO COM O ARTIGO 18 DA LEI Nº 6.024/74, "A DECRETAÇÃO DA LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL PRODUZIRÁ, DE IMEDIATO, OS SEGUINTE EFEITOS: A) SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES INICIADAS SOBRE DIREITOS E INTERESSES RELATIVOS AO ACERVO DA ENTIDADE LIQUIDANDA, NÃO PODENDO SER INTENTADAS QUAISQUER OUTRAS, ENQUANTO DURAR A LIQUIDAÇÃO." 4. NESTA ESTEIRA DE RACIOCÍNIO, O ENUNCIADO 51 DO FONAJE PREVÊ QUE "OS PROCESSOS DE CONHECIMENTO CONTRA EMPRESAS SOB LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, CONCORDATA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL DEVEM PROSSEGUIR ATÉ A SENTENÇA DE MÉRITO, PARA CONSTITUIÇÃO DO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL, POSSIBILITANDO A PARTE HABILITAR O SEU CRÉDITO, NO MOMENTO OPORTUNO, PELA VIA PRÓPRIA. (NOVA REDAÇÃO NO XXI ENCONTRO - VITÓRIA/ES)." (...)" (TJDF. ACJ: 0002019-33.2007.807.0011, Relator: JOSÉ GUILHERME DE SOUZA, Data de Julgamento: 15/02/2011, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF).

"APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLARATÓRIA. CONTRATOS BANCÁRIOS COM CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. BANCO APELANTE EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. DEFERIMENTO DA BENESSE. POSSIBILIDADE. SUSPENSÃO DO PROCESSO. LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. INDEFERIMENTO. PROCESSO DE CONHECIMENTO QUE NÃO AFETARÁ O PATRIMÔNIO DO BANCO. (...)" (TJ-SC - AC: 20130554558 SC 2013.055455-8 (Acórdão), Relator: Guilherme Nunes Born, Data de Julgamento: 25/09/2013, Quinta Câmara de Direito Comercial Julgado).

mf

Em se tratando o presente feito de processo de conhecimento, não há que se falar em sua suspensão em razão da decretação da liquidação extrajudicial do réu.

Passo, então, a apreciar o *meritum causae*.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

7 278
A

Nota-se, em cotejo dos autos, que a ação foi proposta em razão de o autor ter sofrido descontos indevidos em seu benefício previdenciário, decorrentes de dois empréstimos consignados firmados por falsário, em seu nome, junto ao banco réu (fl. 18).

O demandante acosta, junto à exordial, documento em que o apelado reconhece a existência da fraude, informando que já providenciou o reembolso dos descontos efetuados nos meses de setembro, outubro e novembro de 2011, relativos às parcelas nos valores de R\$ 163,75 e R\$ 121,35 dos dois contratos indevidamente firmados por terceiro (fl. 23).

À fl. 24, é acostada ordem de pagamento referente à devolução dos descontos efetivados no benefício previdenciário do apelante, datada de 03/11/2011.

Em sua contestação, o banco admite a ação do falsário, limitando-se a aduzir a ocorrência de excludente de sua responsabilidade, nos termos do art. 14, § 3º, II, do Código de Defesa do Consumidor, ante o fato de terceiro.

Argumenta, igualmente, a inexistência dos alegados danos morais, em virtude da ausência de qualquer abalo à imagem do autor, ressaltando a necessidade de comprovação dos danos sofridos.

Percebe-se, desta feita, ser incontroversa nos autos a ocorrência da fraude, restringindo-se a discussão à caracterização ou não do dano de ordem moral.

Pois bem.

Da leitura dos autos, observa-se que restou incontroversa a situação vivenciada pelo autor, com o seu consequente prejuízo moral. Sem que desse causa, sujeitou-se a uma situação constrangedora, inclusive com repercussão no plano psíquico.

Isto porque teve, durante três meses, valores referentes a dois empréstimos não contratados por ele indevidamente descontados do seu benefício previdenciário.

Saliente-se que a devolução administrativa dos valores apenas se deu por conta da abertura de um procedimento administrativo pelo autor junto ao Banco Central (Demanda BACEN nº 2011320795), conforme se depreende do próprio Comunicado enviado pelo banco réu ao demandante (fl. 23).

mf

Assim, o comportamento do banco merece reprovação, porque, em face das circunstâncias concretas do caso, vê-se que ele podia e devia ter agido de outro modo, bastando que tivesse atuado com o zelo e a seriedade necessários ao desenvolvimento de sua atividade - no caso, a contratação de empréstimos -, tomando simples e

279
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

rotineiras providências administrativas, como a análise da plausibilidade dos documentos apresentados por terceiro falsário.

Por razões óbvias, pode-se concluir que o banco recorrente concorreu, mesmo que culposamente, para a realização do ato danoso, pois apesar de não ter havido contratação de empréstimos por parte do consumidor, mesmo assim foi debitado um montante superior a R\$ 800,00 (oitocentos reais) do seu benefício previdenciário, cuja devolução se deu somente em 03/11/2011.

Demais disso, é defeso às empresas pretenderem apenas as vantagens do negócio que exploram, eximindo-se dos ônus decorrentes, especialmente quando culposamente causarem danos morais a terceiro; subentendido que na culpa há falta ou não observância de dever e não intenção de causar dano.

Sobre o tema, como bem ressaltou o apelante, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento sumulado no sentido de que "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias" (Súmula 479).

Tal entendimento já foi, inclusive, objeto de decisão em recurso submetido ao rito repetitivo, que ora transcrevo:

"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. JULGAMENTO PELA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C DO CPC. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS. DANOS CAUSADOS POR FRAUDES E DELITOS PRATICADOS POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. 1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. 2. Recurso especial provido". (STJ. REsp 1199782/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2011, Dje 12/09/2011).

No mesmo sentido, observem-se os seguintes julgados da Corte Superior:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DÉBITO EM CARTÃO DE CRÉDITO. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DANO CAUSADO POR ATO DE TERCEIRO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO BANCO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. DECISÃO MANTIDA. (...)

mf



9
280
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

3. "As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno" (REsp n. 1.199.782/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/8/2011, DJe 12/9/2011 - julgado sob a sistemática do art. 543-C do CPC). 4. Agravo regimental a que se nega provimento". (STJ. AgRg no AREsp 381.446/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 10/12/2013).

"PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO MEDIANTE FRAUDE DE TERCEIRO. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANO MORAL. (...)". (STJ. AgRg no AREsp 380.832/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/09/2013, DJe 26/09/2013).

" PROCESSO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PROVA PERICIAL. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. CHEQUE COM ADULTERAÇÃO SOFISTICADA. FALSO HÁBIL. CASO FORTUITO INTERNO. CARACTERIZAÇÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. DANOS MATERIAIS E MORAIS INDENIZÁVEIS. (...)3. "As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno." (REsp 1.199.782/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, julgado pela Segunda Seção, em 24/08/2011 sob o rito previsto no art. 543-C do CPC, DJe 12/09/2011) 4. No caso, não há se afastar a responsabilidade objetiva da instituição financeira quando inexistente culpa do correntista, por se tratar de caso fortuito interno, assistindo à recorrente o direito à indenização por danos materiais e morais. 5. Recurso especial provido". (STJ. REsp 1093440/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/04/2013, DJe 17/04/2013).

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FRAUDE BANCÁRIA. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA. DANO MORAL IN RE IPSA. NEXO DE CAUSALIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. INOVAÇÃO EM SEDE DE AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. PRECLUSÃO. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 557, § 2º, DO CPC. 1. "As instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros - como, por exemplo, abertura de conta-corrente ou recebimento de empréstimos mediante fraude ou utilização de documentos falsos -, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-

mf

281
M

ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

se como fortuito interno" (REsp n. 1.199.782/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/8/2011, DJe 12/9/2011). (...)" (STJ. AgRg no AREsp 92.579/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2012, DJe 12/09/2012).

Como realçam a doutrina e a jurisprudência pátria, no dano moral, o que se penaliza é a culpa de quem o originou, sendo significativo consignar que, *in casu*, o nexo de causalidade entre o atuar desastrado e reprovável do apelado e o evento danoso experimentado pelo apelante está perfeitamente caracterizado.

Não há que se falar, ainda, como pretende o réu, em conduta de terceiro que enseje a exclusão de sua responsabilidade, nos termos do art. 14, §3º, II, do CDC, pois o ato ilícito gerador do direito à indenização por danos morais, no presente caso, é a negligência da empresa, que descuidou de providências simples e rotineiras relativas aos contratos de empréstimo, em especial a conferência da autenticidade dos documentos apresentados antes de efetuar os descontos no benefício previdenciário do autor.

Desta feita, entendo que restou configurado o dano de ordem moral ao demandante, em decorrência da conduta negligente da instituição financeira ré, razão pela qual passo ao arbitramento do valor da indenização.

Sabe-se que a fixação do quantum indenizatório deve ter em conta os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, além de obedecer a critérios recomendados pela doutrina e jurisprudência pátrias, tais quais: os referentes à situação pessoal e ao status social, econômico e intelectual do ofendido, à intensidade do constrangimento, ao porte econômico do ofensor, ao grau de culpa e à gravidade da ofensa.

Com isto, visa-se também a desestimular a prática de novos atos ilícitos, bem como ofertar conforto ao ofendido, de modo que a quantia arbitrada não seja tão irrisória, que nada represente; nem tão exagerada, a ponto de implicar sacrifício demasiado para o demandado ou enriquecimento ilícito para a outra parte.

Diante disso e das balizas já indicadas, fixo o montante indenizatório em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia serve tanto à repressão do ilícito - para evitar sua reiteração -, como ao conforto do autor.

O quantum deverá ser corrigido monetariamente a partir da data desta decisão, nos termos da Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e acrescido de juros de mora a contar do evento danoso, por se tratar de ilícito extracontratual, qual seja, o dia do primeiro desconto indevido efetuado pelo demandado.

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Amparado nestas razões, com fulcro no art. 557, § 1º-A do Código de Processo Civil, DOU PROVIMENTO ao recurso de apelação do autor, monocraticamente, por estar a sentença recorrida em confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, a fim de condenar o réu ao pagamento de indenização por danos morais ao autor, no quantum de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigido monetariamente a partir da data desta decisão e acrescido de juros de mora a contar do dia do primeiro desconto indevido.

Por fim, em homenagem ao princípio da sucumbência, uma vez que o autor decaiu do pleito de desconstituição do débito, ante o reconhecimento da ausência de interesse de agir de sua parte, determino que as custas processuais e os honorários advocatícios sejam recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre as partes, nos termos do art. 21 do CPC, observado o disposto no art. 12 da Lei nº 1.060/50 em relação à parte autora.

Publique-se.

Recife,

Des. Evandro Magalhães Melo
Relator Convocado"

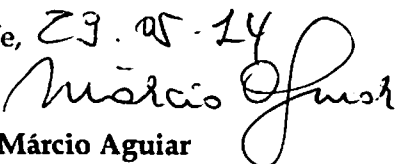
Da leitura da decisão, percebe-se que a matéria encontra-se suficientemente clara, não trazendo o agravante, em suas razões, elemento apto a modificar o posicionamento adotado na decisão monocrática hostilizada.

Quanto ao pedido de que o recolhimento das custas processuais seja feito apenas após o final do processo, tenho que este se mostra descabido quando não concedido o benefício da justiça gratuita.

Por fim, não há que se falar em atribuição de efeito suspensivo aos recursos de agravo legal (art. 557, § 1º, CPC), razão pela qual desacolho também este pedido.

No mais, reporto-me ao que foi esposado no *decisum* hostilizado.

Posto isto, o meu voto é improvendo o presente recurso, mantendo incólume a decisão definitiva ora vergastada.

Recife, 29.05.14

Juiz Márcio Aguiar
Relator Convocado